

Rosa Monteiro

Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

O lugar das pessoas africanas em Portugal é incontornável desde as primeiras chegadas, há cerca de cinco séculos. Mas trata-se de um lugar praticamente oculto, em resultado da reiterada desvalorização das práticas de escravatura e de fenómenos de invisibilização e de exclusão socioeconómica. Como tem vindo a ser reconhecido, ainda não colocámos suficientemente em causa a abordagem lusotropicalista nem problematizámos verdadeiramente os efeitos do colonialismo português, como bem destaca o texto de Tiago Santos na presente publicação.

Invisibilidade e silenciamento são, infelizmente, comuns a Portugal e a outros países. Por esta razão, a Organização das Nações Unidas decidiu declarar a "Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024", incentivando os Estados membros a aprofundar, de juris e de facto, a plena valorização dos direitos económicos, sociais, culturais, civis e políticos de pessoas de descendência africana, bem como a sua participação plena e igualitária em todos os aspetos da sociedade.

O termo *Afrodescendente*, cunhado justamente pelas Nações Unidas, refere-se às pessoas de ascendência africana mas que residem noutros países. No caso de Portugal, engloba cidadãos e cidadãs de nacionalidade estrangeira, mas, mais ainda, muitos portugueses e portuguesas.

O presente número da revista *Migrações* enquadra-se, portanto, nas iniciativas que procuram assinalar, entre nós, a Década Internacional de Afrodescendentes. Trata-se de um conjunto alargado e diverso de atividades, novas ou de continuidade, que respondem aos desafios da década nos seus 4 eixos: *Reconhecimento*, para o qual os estudos ora apresentados muito contribuem; *Justiça*, nomeadamente através do papel reforçado da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR); *Desenvolvimento*, como sucede, entre outras medidas, com a integração de crianças e jovens através dos projetos Escolhas, ou o apoio técnico e financeiro concedido ao associativismo de migrantes e descendentes; e *Discriminações Múltiplas e Interseccionais*, entre as quais destaco o seminário e os workshops sobre a situação das mulheres negras e afrodescendentes em Portugal, a brochura da autoria da Professora Isabel Castro Henriques "Mulheres Africanas em Portugal", ou o projeto-piloto "Práticas Saudáveis: Fim à Mutilação Genital Feminina" (2018-2020).

Nesta linha, os textos agora publicados abordam a questão afrodescendente em Portugal sob um largo espectro – apresentando dados sobre pertença, identidade e integração, a par do papel do ativismo e do associativismo ou das práticas e perspetivas em serviços de saúde, não deixando de encarar o tema premente do racismo na nossa sociedade.

Dizia a escritora Toni Morrison que é preciso *persistência e honestidade para penetrarmos nas nossas defesas mentais*. Muitas dessas defesas são mundividências preconceituosas que, como sociedade, chegaremos a ultrapassar. Por isso apostamos seriamente nesta área, assumindo-a como mais um meio para o aprofundamento de uma sociedade plural, coesa e desenvolvida. Porque o património cultural e simbólico português é também fruto da sua riqueza afrodescendente.